

Nesta edição:

- 2 Editorial e Cartas
- 3 Indicadores econômicos
- 4 Reforma previdenciária e os fundos de pensão
- 6 Envelheça bem
- 7 • Aniversário da Funsejem
• Instituto Votorantim
- 8 • Eleições dos conselheiros
• Empréstimos Funsejem



A Previdência, segundo o ex-ministro Sérgio Cutolo

Uma das maiores bandeiras do atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a reforma previdenciária, é o assunto mais discutido no início deste ano. A dimensão que o tema tomou se justifica. Os gastos provocados nas contas públicas impedem o crescimento da economia, investimentos em setores carentes da sociedade e o desenvolvimento e fortalecimento de segmentos como a própria Previdência Complementar. Isso é o que explica Sérgio Cutolo, ex-ministro da Previdência da primeira gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O atual sócio do banco Pactual, longe da vida pública há três anos, também discute as saídas para a Previdência Social que, segundo ele, não diferem muito das propostas do governo anterior. As regras impostas aos fundos de pensão e os investimentos realizados por estes são as outras questões abordadas pelo entrevistado nas páginas 4 e 5. ▶



Sérgio Cutolo, sócio do banco Pactual, vê a reforma previdenciária como uma oportunidade de crescimento para a Previdência Complementar

LEBR
M
E
T
Lembrete

Não se esqueça de que o quarto e último Demonstrativo Analítico de Investimentos e Enquadramento das Aplicações (DAIEA), do ano de 2002, estará disponível no site da Funsejem, www.funsejem.org.br, a partir de 26 de fevereiro, conforme prazo estabelecido pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC). O documento traz informações sobre os investimentos e resultados obtidos pela Fundação relativas aos meses de outubro, novembro e dezembro do ano passado. Os dados sobre as primeiras aplicações financeiras da Funsejem em 2003, segundo a SPC, serão divulgados a partir do segundo semestre deste ano.

A base de todas as aplicações realizadas pela Funsejem ao longo de um ano é sempre definida algumas semanas antes dele começar e essa política de investimentos para 2003 não só já está pronta como em vigor desde 1º de janeiro. Não é fácil elaborá-la, pois além de se decidir por medidas que garantam a maior rentabilidade possível, a Fundação deve respeitar as restrições de investimentos estabelecidas pelos órgãos reguladores do segmento de previdência privada, como a Secretaria de Previdência Complementar, o Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional.

Tal como em 2002, a Funsejem determinou alocar para este ano de 70% a 100% de seu saldo de aplicações no segmento de renda fixa, que deverá ter a seguinte formação: papéis do governo federal; papéis de bancos e empresas de primeira linha, previamente aprovados pela diretoria da Fundação, conforme performance no mercado; ou, ainda, investimentos em fundos selecionados pelos gerenciadores de portfólio contratados. O parâmetro mínimo de rendimento adotado para a renda fixa (benchmark) é o CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que no ano passado teve um rendimento bruto de **19,09%**.

As aplicações em renda variável também estão previstas e poderão atingir a alocação máxima de 30% do patrimônio total administrado ou até ser zerada. Em 2001, por exemplo, a Funsejem chegou a ter **26%** em renda variável. A exposição a esse segmento, porém, foi bastante reduzida em 2002 em função das grandes oscilações, e os recursos foram direcionados a aplicações de maior segurança e garantia de retorno financeiro.

A estratégia para 2003 será, na verdade, uma consolidação da política aplicada no ano passado, considerada positiva por ter sido capaz de recuperar uma rentabilidade prejudicada pelas crises do mercado financeiro no primeiro semestre. Uma das boas ações de 2002 foi a adoção de mais um FAC (fundo de investimento formado por cotas de outros fundos), alterando definitivamente o modelo anterior de carteiras próprias administradas. A estratégia se explica devido à flexibilidade proporcionada pela ferramenta no momento da escolha entre os fundos de melhor desempenho.

À diretoria da Funsejem cabe avaliar a performance das aplicações e reenquadrá-las, se necessário, para obter resultados mais vantajosos. Acompanhe você também o que está sendo feito com os recursos da Funsejem – seus, na verdade – e quanto estão rendendo, por meio do **FUTURO** e do site **www.funsejem.org.br**.

Boa leitura

“Sugiro associar ao plano de aposentadoria um plano de saúde quando da vigência do benefício.”

Ronaldo Cabrini, CMM – Vazante/MG

“A previdência privada hoje é uma realidade. É necessário que todos nós estejamos convictos e procuremos dar o seu devido destaque dentro do nosso contexto social e realidade de país. A nossa Fundação está apenas começando. Vamos fazer dela a melhor e maior de todas.”

José Eustáquio Fernandes, CBA – Alumínio/SP

“Acho muito mais interessante acessar o site a receber informações por correio. A home da Funsejem está muito bem feita, porém de setembro para cá todas as informações que andei acessando estão desatualizadas. A minha sugestão é que tão logo se resolvam os problemas, que todo os demais dados do site sejam atualizados.”

Adelson Dias de Souza, CMM – Três Marias/MG

“Gostaria de agradecer ao pessoal da Fundação, todas as vezes que contatei, fui muito bem atendido e me prestaram todas as informações necessárias. Continuem assim que breve o reconhecimento será notado por todos.”

Rogério Jesus do Prado, Cimento Rio Branco – Sorocaba/SP

Mande suas dúvidas, sugestões, críticas e elogios para a Funsejem.

Praça Ramos de Azevedo, 254 – 5º andar
CEP 01037-912 – São Paulo, SP.

Escreva no envelope: “Carta para o Jornal Futuro”.

E-mail: funsejem@vmetais.com.br

www.funsejem.org.br - **Fale com a Gente**

Tels.: (11) 3224-7041 / 3224-7043

3224-7097 / 3224-7281 / 3224-7395

Fax: (11) 3224-7023



FUNSEJEM INFORMA

Base dos dados: Janeiro de 2003

Número de Participantes

Ativos: 19.539

Assistidos (Aposentados): 74

Pensão por morte: 8

Autofinanciados: 14

Aplicações Financeiras

Fundos de investimentos:

FAC Ágata R\$ 29.266.475,27

FAC Safira R\$ 29.669.784,91

FIF Tesor R\$ 13.621.816,93

LFT's: R\$ 1.414.894,90

Empréstimos: R\$ 971.304,02

EXPEDIENTE

O jornal da Funsejem, Fundação Sen. José Ermírio de Moraes, **FUTURO**, é uma publicação bimestral distribuída a todos os funcionários do Grupo Votorantim participantes do plano de previdência da Funsejem.

Presidente do Conselho: Eduardo Cavalcanti de Oliveira Maciel.

Diretor Superintendente: Paulo Roberto Pizauro.

Diretores: Célia Maria Christofolini Picon e Luis Sérgio Gandolfi.

Gerente de Previdência Privada: José Serafim de Freitas.

Jornalista Responsável: Cintia Santos, MTb nº 31.062.

Projeto Gráfico: Adriana Yamauti Ferreira.

Edição de Arte: Arbore Comunicação Empresarial.

Fotolito e impressão: Vox Editora.

Tiragem: 20 mil exemplares. Distribuição interna e gratuita. Esta edição foi impressa em papel Couché Lumimax Brilho 150 g/m², produzido pela VCP.

Funsejem: Praça Ramos de Azevedo, 254 – 5º andar, CEP: 01037-912 São Paulo, SP.

Tels.: (11) 3224-7041 / 3224-7043 / 3224-7097 / 3224-7281 / 3224-7395.
Fax: (11) 3224-7023.

Entenda os indicadores econômicos

O site da Funsejem, www.funsejem.org.br, e o FUTURO, em suas últimas edições, têm publicado alguns indicadores da economia brasileira. O objetivo é dar ao participante parâmetros para que ele possa comparar o rendimento das aplicações da Fundação.

Um deles é o **IGP** (Índice Geral de Preços), um dos vários índices de inflação existentes, ao qual muitos fundos de investimentos se atrelam. Elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), compõe-se de uma média ponderada do **IPA** (Índice de Preços por Atacado), que mede o movimento médio de preços em todas as capitais brasileiras; do **IPC** (Índice de Preços ao Consumidor), que registra a alteração média de preços de determinado conjunto de bens e serviços no mercado varejista; e do **INCC** (Índice Nacional de Preços da Construção Civil), que mede o ritmo evolutivo dos preços dos materiais de construção, serviços e mão-de-obra.

Há três versões para o IGP e a diferença entre eles está nos pesos distintos de seus componentes para o cálculo e no período em que são registrados. O **IGP-DI** (Disponibilidade Interna), por exemplo, compreende o período que vai do primeiro ao último dia do mês analisado; o **IGP-M** (Mercado) é definido entre o dia 21 do mês anterior ao de referência e o dia 20 do de referência; e o **IGP-10** (Versão 10) é captado do dia 11 do mês anterior ao de referência ao dia 10 do de referência.

Outro indicador sempre divulgado pela Funsejem é o **INPC** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Calculado pelo IBGE desde 1979, leva em consideração os preços cobrados ao consumidor para pagamento à vista. A pesquisa é realizada em estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços, domicílios e concessionárias de serviços públicos. Seu período de coleta estende-se, em geral, do dia 1º ao dia 30 do mês analisado.

Além de índices de inflação, há o **CDI** (Certificado de Depósito Interbancário), uma taxa de juros que acompanha a definida pelo governo, chamada Selic, de 25,5% ao ano no momento. O Certificado reflete o rendimento esperado das aplicações de renda fixa e é bas-

tante utilizado no mercado financeiro brasileiro. Os bancos, por exemplo, compram títulos do governo que rendem a Selic e os repassam a juros do CDI, referência também utilizada em empréstimos interbancários.

Agora que você conhece melhor alguns dos indicadores de nossa economia, veja como eles se comportaram em 2002 e acompanhe-os sempre, juntamente com a performance da Funsejem. ↗



Aplicações financeiras Funsejem		Poupança	CDI bruto	Ibovespa	INPC	IGP-M
Rend. bruto	Cota líquida					
19,83%	18,59%	9,14%	19,09%	(-) 17,01%	14,74%	25,30%

Obs.: A cota previdenciária Funsejem corresponde ao retorno líquido dos investimentos, ou seja, é o resultado das aplicações financeiras menos o Imposto de Renda, Pis/Cofins, CPMF e outras despesas de administração financeira cobradas pelos bancos.
Fontes: FGV e IBGE

IMPOSTO DE RENDA

Abata as contribuições à Funsejem do IR 2003

Até o dia 28 de fevereiro, você receberá da empresa em que trabalha o **Informe de Rendimentos** no qual constará o total das suas contribuições feitas ao plano da Funsejem. Para abater este valor, que será considerado até o limite de 12% da renda bruta anual, basta inseri-lo no quadro **Pagamentos e Doações Efetuados** da declaração. A razão social da Funsejem e seu CNPJ, que também devem ser preenchidos, são: **Fundação Sen. José Ermírio de Moraes e 74.060.534/0001-40**.

A regra só é válida para as declarações completas, pois nas simples as deduções referentes às contribuições para a previdência privada fazem parte do desconto-padrão de 20%. ↗

Reforma previdenciária be

Sérgio Cutolo, sócio do banco Pactual, responsável pela área de investidores institucionais



Foram 20 anos como servidor público e participação ativa nos governos anteriores. Ministro do Trabalho do ex-presidente Itamar Franco, ministro da Previdência do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e presidente da Caixa Econômica Federal, também na gestão FHC. Apesar de afastado da vida pública há três anos, Sérgio Cutolo, sócio do banco Pactual, responsável pela parte de investidores institucionais na área de fundos de previdência, seguradoras e capitalização, está feliz com o andamento da reforma previdenciária proposta pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

O PT, aliás, que fez parte da oposição de outrora, foi com quem Cutolo muito discutiu. O ex-ministro, no entanto,

espera que não se repita o que aconteceu antes. Por posições dogmáticas ou posturas meramente de oposição, segundo ele, a reforma foi travada. Ao contrário, hoje, torce para que todos aproveitem a nova oportunidade e pensem no país. “Estou nessa luta há muitos anos. Tenho minhas anotações, as questões são as mesmas. Sempre defendi que esse modelo é totalmente equivocado”, diz o ex-ministro, que vê na reforma previdenciária, uma enorme oportunidade para o crescimento da Previdência Complementar. Veja a seguir os principais trechos dessa entrevista.

Veja a seguir os principais trechos dessa entrevista.

O que o senhor acha do debate em torno da reforma da Previdência Social?

Estou satisfeito com as declarações feitas pelo atual governo. O passado já tinha consciência da importância de se reformar a Previdência, principalmente, a do setor público que é altamente deficitária e tem como pior gargalo o pagamento de aposentados e pensionistas. A situação do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) é menos grave, mas merece atenção, pois tem déficit crescente. O projetado para esse ano de 2003 é de 1,3% do PIB. O PT reconhece a seriedade do problema, está propondo uma discussão ampla e uma agenda de ações da qual não pode abrir mão. Há grupos de interesse que vão lutar contra, mas alguma solução vai ter que ser dada.

“Estou satisfeito com as declarações feitas pelo atual governo”

O que explica termos chegado a esse estágio tão crítico da Previdência?

A raiz do nosso problema vem do regime autoritário quando não se discutia com profundidade nenhum problema brasileiro. Depois, com a abertura democrática, pensou-se em resolver todos os problemas com a caneta. Direitos, então, foram gerados sem a devida noção do que implicariam em termos de política econômica e desenvolvimento do país. A constituição brasileira é muito detalhista, nela nós temos assegurados todos esses direitos do servidor público. A reforma política é importante, a tributária também, mas a previdenciária é crucial. Se não a resolvermos, não conseguiremos reverter as expectativas em relação ao Brasil e o déficit vai continuar impactando fortemente nossa economia. Com a Previdência do jeito que está, o Estado tira cada vez mais da iniciativa privada para cobrir seus gastos, diminuindo a poupança e os investimentos no país.

E o que é preciso fazer, então?

Oito anos atrás, tínhamos deixado mais ou menos pronto tudo o que se discute agora: sistema único, teto para os benefícios concedidos pelo INSS, redutor das aposentadorias do setor público etc. Os pontos são os mesmos, é preciso, fundamentalmente, reduzir gastos. Para você obter o benefício, tem que ter contribuído. É o princípio da Previdência Complementar, ou seja, o de capitalização em que você, durante a vida ativa, faz sua poupança que será aplicada no mercado e transformada em benefícios no momento da inatividade.

De que maneira a reforma da Previdência Social beneficiaria a Complementar?

Ao reduzir a pressão de gasto provocada pela Previdência Social você abre um espaço enorme para a Previdência Complementar porque tira o obstáculo ao crescimento da economia brasileira. E dessa forma, permite que a massa salarial aumente e que as pessoas tenham condições de pagar um plano de Previdência Complementar. Não é muito complicado, o problema é que nos perdemos em discussões pontuais, como as garantias para determinadas categorias de servidor. A grande questão é a seguinte, eles podem ter um sistema complementar como tem qualquer trabalhador da iniciativa privada. Em nenhum país rico com rede de proteção social bem estabelecida você encontra o que temos aqui, aposentaria com o último salário.

Beneficia fundos de pensão

Como o senhor vê o mercado de fundos de pensão atualmente?

Os fundos fechados estão praticamente estagnados em termos de participantes nos últimos cinco anos. Os motivos são diversos, entre eles, como citei, a própria Previdência Social. Há também o mercado informal de trabalho que cresceu devido ao ônus causado pela folha de pagamentos. É dela que se tira os encargos previdenciários, trabalhistas, e onde estão todos os penduricalhos que financiam salário educação, entidades de formação profissional etc. É preciso deixar o salário mais disponível para o trabalhador financiar sua aposentadoria complementar. A questão da tributação é mais um fator. No mundo inteiro não se tributa os rendimentos. Não se trata de imunidade, que é um absurdo, todo mundo tem que pagar imposto. Trata-se de tributar na hora do pagamento efetivo que é quando o beneficiário vai usufruir esse dinheiro.

As regras impostas pelo governo aos fundos de pensão não engessam o setor?

O governo tem que cumprir o papel de fiscalização, ter regras muito claras e simples de proteção à massa de recursos dos fundos de pensão. As fundações, naturalmente, têm certos princípios, mas sem dúvida o governo tem que nortejar isso. Os fundos, no entanto, não podem ser discriminados como são hoje. O Armínio (Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central), no 23º Congresso (sobre previdência privada, realizado em outubro de 2002), até se desculpou um pouco, dizendo: "olha, as normas que norteiam os investimentos nos fundos de pensão foram feitas no momento em que achávamos que deveríamos ter um maior rigor. Reconheço que foi uma discriminação e que teríamos que rever algumas coisas".

Está correta a forma como a legislação do setor de Previdência Complementar definiu os investimentos?

Com relação aos investimentos, acho que se deveria tomar o cuidado de não regulá-los demais, mesmo quando o intuito é proteger os recursos de uma fundação. E é possível, sim, promover segurança nas aplicações sem tirar a margem de ação do gestor. Ainda sobre os investimentos, fala-se muito em fundos de private equity, que são os de participação em empresas. Nos Estados Unidos, nos últimos 30 anos, esses foram os fundos que deram maior rentabilidade aos fundos de pensão. Nós, até hoje, não temos uma norma da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para essa questão. Ao mesmo tempo, temos a 2.829 (resolução do Conselho Monetário

Nacional), que chega a detalhar como o gestor tem que agir em relação a riscos de uma aplicação. São medidas como essa que provocam situações como a do final do primeiro semestre de 2002, fundações com prejuízo devido ao estabelecimento da marcação a mercado, contabilização diária do valor dos títulos públicos. Não sou contra a marcação, mas as autoridades monetárias não deveriam ter permitido que não houvesse rigor com relação a ela.

Os fundos IGP-M, que já renderam bem, perderam bilhões no final do ano passado. Qual é o investimento da vez?

No segundo semestre do ano passado, quando o IGP-M estava em alta, todo mundo pensou, vou entrar nessa. Só que as expectativas mudaram, ele caiu e até provocou rendimento negativo. Eu tomaria cuidado, sem deixar de aplicar. O problema é que como você tem que dar informações ao participante, quando a aplicação cai e rende menos, vem a cobrança, exigindo dos gestores operações a curto prazo, o que é errado. Você deixa de ter ganhos consideráveis no médio e no longo prazo por causa desse imediatismo, mas funciona mais ou menos assim. Não existe aplicação ideal, mas a tendência natural é você ter uma aplicação cada vez maior em fundos de investimentos que são hoje os instrumentos de maior flexibilidade administrativa e sofisticação. As fundações ainda têm muita coisa em carteira, na verdade, muitos ativos com pouca liquidez. Os fundos de pensão, de uma maneira geral, nos últimos dois anos, também têm migrado para fundos exclusivos. As limitações que o gestor tem para gerir os exclusivos provocam uma rentabilidade menor, mas dentre as vantagens está a facilidade de se casar as operações passivas com seus fundos exclusivos, pois estes são só seus. De qualquer forma, atualmente, há uma transparência muito maior que antes. As fundações disponibilizam informações via Internet e publicam jornais dizendo onde está seu dinheiro. O melhor que o participante tem a fazer é fiscalizar. ▮

“É preciso deixar o salário mais disponível para o trabalhador financiar sua aposentadoria complementar”



Fotos: Vicente Avella

Hipertensão e diabetes: inimigas do bom envelhecimento

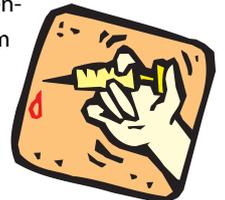
O corpo humano, ao envelhecer, fica, é claro, mais suscetível a doenças típicas da idade adulta e duas delas merecem destaque devido à alta incidência e complicações que apresentam: a hipertensão arterial e o diabetes.

A primeira acomete cerca de 20% dos adultos, incidência que aumenta após os 50 anos, e na maioria dos casos não apresenta causa aparente para o surgimento. Sabe-se, no entanto, que a hipertensão atinge com maior frequência pessoas de cor negra, obesos, os que praticam pouca atividade física, os que ingerem sal em excesso e os que vivem sob estresse. Exercícios físicos, controle do peso, técnicas de relaxamento, e olhos atentos para a alimentação salgada são os cuidados básicos para os casos simples. Os mais avançados requerem medicação e acompanhamento médico rigoroso para evitar acidentes vasculares cerebrais, insuficiência cardíaca e renal, infarto do miocárdio, ruptura da aorta etc.

“Muitas complicações ocorrem em pessoas que aparentemente estão bem”, diz José Henrique Andrade Vila, médico do grupo Votorantim. “Não dá para confiar nos sintomas populares. Estudos já demonstraram que a dor de cabeça, tida como indicio de hipertensão,

atinge quem tem e quem não tem a doença”. Para detectá-la, o mais correto é acompanhar a pressão com várias medidas em dias distintos.

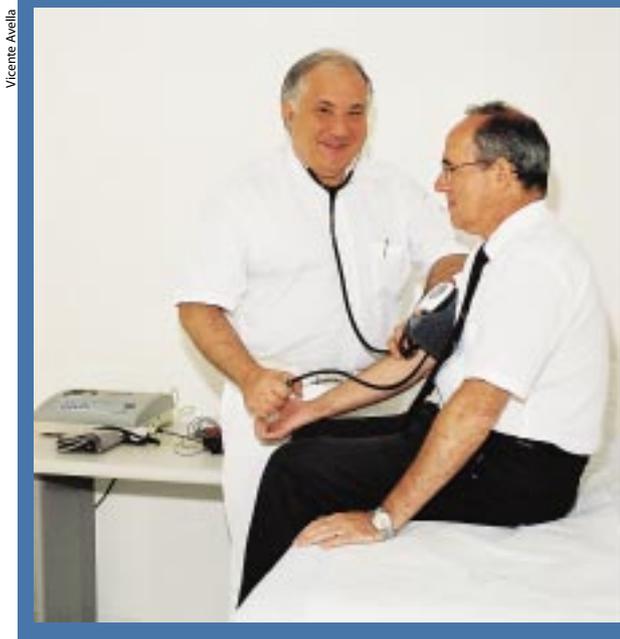
A outra doença típica dos mais velhos, o diabetes, se apresenta em vários tipos. O mais comum é o diabetes méltico que se define pela deficiência absoluta ou relativa da insulina em nosso sangue. Esse hormônio é responsável pela penetração da glicose nas células do corpo humano. Quer dizer, sem a insulina, não há quem faça o açúcar entrar nas células. A sobra dele no sangue é inevitável. E quanto mais glicose, mais urina o diabético libera, pois a glicose arrasta a água do nosso corpo. Os eletrólitos, como o potássio, também são removidos pela glicose, causando câimbras, fraqueza muscular, alterações visuais e mal estar permanente.



“Cerca de 3% a 5% dos adultos, no mundo ocidental, têm diabetes, incidência que aumenta com a obesidade e a idade”, diz Dr. Vila. “Os mais gordos são mais propensos porque a célula de gordura é maior, dá mais trabalho à insulina. E os idosos porque o pâncreas, que produz a insulina, ao envelhecer, diminui sua capacidade de produção”.

A atividade física e o cuidado com a alimentação são recomendáveis, além do acompanhamento médico freqüente, principalmente no caso do diabetes tipo 1, o mais grave. Com controle, é possível sofrer menos com a catarata, as infecções, a cicatrização lenta e a hipoglicemia (falta de açúcar no sangue), provocada na fase inicial de alguns diabéticos pela reação tardia do pâncreas à entrada de açúcar no organismo. Nesse caso, o pâncreas produz insulina quando o nível de glicose já está baixando no corpo. O hormônio acaba eliminando o pouco que resta. A hipoglicemia, que não é doença, também ocorre em diabéticos que aplicam insulina em excesso, e em pessoas que ingerem álcool, que em nosso corpo se alimenta de açúcar.

Não dá para fazer vista grossa à hipertensão e ao diabetes. Em caso de dúvida, procure um médico e envelheça bem. ▽



Vicente Avella

Segundo Dr. Vila, a melhor forma de detectar a hipertensão é acompanhar a pressão com várias medidas em dias distintos

Funsejem assopra mais uma vela

Janeiro é o mês de aniversário da Funsejem que, neste ano, completou nove anos de vida. De 1994 para cá muita coisa mudou. O primeiro plano de previdência, o VCNORDESTE, que nasceu para atender os funcionários das empresas de cimento do Grupo Votorantim da região nordeste do País, foi o único da Fundação até o ano de 2000. A partir daí outros cinco surgiram – VCPREV e VCPPREV em 2000, e METAISPREV, CLFPREV e CBAPREV em 2001 – fazendo crescer o número de empresas patrocinadoras, de 8 para 21.

Apesar da média das contribuições efetuadas pelos participantes hoje, que é de 2%, parecer ser baixa, a forte adesão de cerca de 96% aos planos e o grande número de participantes, 19.539 (em 1994 era de 2.359), garantem o alto volume de recursos disponíveis para aplicação. O saldo, que em dezembro de 94 era de R\$ 2.727.149,00, investido no mercado financeiro e em empréstimos, por exemplo, representa apenas 3,64% do saldo atual de R\$ 74.944.276,03. Deste valor, 96,82% está aplicado nos fundos de investimentos, 1,88% em títulos do governo e 1,30% nos empréstimos concedidos aos participantes*.

É com toda essa força que a Funsejem assopra mais uma velinha, sem esquecer de fazer seu principal pedido: que você esteja conosco nos nossos próximos aniversários, comemorando um crescimento ainda maior de nossas aplicações.

Parabéns! 🎉

NOVE ANOS EM NÚMEROS		
DADOS FUNSEJEM	1994	2003
PARTICIPANTES ATIVOS	2.359	19.539
SALDO DAS APLICAÇÕES	R\$ 2.727.149,00	R\$ 74.944.276,03
PARTICIPANTES APOSENTADOS	0	82*

* 74 são aposentadorias, os outros 8 benefícios referem-se às pensões por morte pagas aos cônjuges ou filhos, menores de 18 anos, de aposentados que faleceram.



NOTÍCIAS DO GRUPO

Votorantim lança Instituto em seus 85 anos

O ano mal começou, mas o Grupo Votorantim quer aproveitá-lo ao máximo para anunciar desde já as várias novidades que tem. O motivo? A data especial que 2003 representa. É neste ano que o Grupo completa 85 anos de existência.

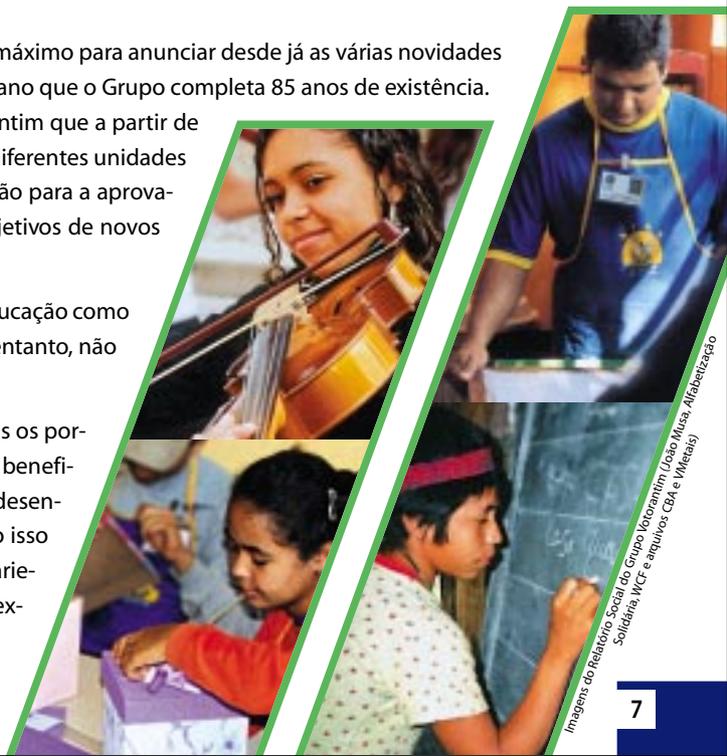
Um dos pilares da comemoração é o lançamento do Instituto Votorantim que a partir de agora organizará todo o processo de ações sociais do Grupo. Com ele, as diferentes unidades da Votorantim terão apoio técnico para programas já existentes, orientação para a aprovação e acompanhamento de doações, além de apoio na definição dos objetivos de novos projetos e sua estruturação.

Os jovens serão, inicialmente, o público-alvo do Instituto que terá a educação como área principal de atuação. Cultura, saúde, esporte e meio-ambiente, no entanto, não serão deixadas de lado, apenas alinhadas ao foco educativo.

Os investimentos serão feitos em projetos de todos os portes. Mas caberá às unidades dedicarem-se a ações que beneficiem a comunidade a que pertencem, e ao Instituto desenvolver projetos de caráter mais abrangente. E tudo isso respeitando sempre a ética, a humildade, a solidariedade, o empreendedorismo, a dedicação, e a excelência, valores do Instituto Votorantim. 🎉



Votorantim 85 anos.
Nossa gente faz história.



Imagens do Relatório Social do Grupo Votorantim (Osão Musa, Alfabetização Solidária MCF e arquivos CSM e Viterais)

ELEIÇÕES

Funsejem já tem novos conselheiros

Luiz Carlos Passadore, Davi Farias de Andrade, Smila Carvalho Correa de Melo e José Eduardo Felgueiras Nicolau

Os participantes abaixo são os novos conselheiros da Funsejem desde 13 de janeiro, quando o Corpo Social se reuniu na sede da Funsejem, em São Paulo, para definir quem, dentre eles, seriam os conselheiros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação.



Vicente Avella



Corpo Social reunido para a escolha dos novos conselheiros

Davi Farias de Andrade, analista de Recursos Humanos da Cimento Poty de Recife (PE), e **Luiz Carlos Passadore**, encarregado de pessoal da Companhia Brasileira de Alumínio, escritório central, em São Paulo (SP), foram os primeiros escolhidos como conselheiros efetivo e suplente, respectivamente, do Conselho Fiscal.

Os outros eleitos são do Conselho Deliberativo. O cargo efetivo foi para **Smila Carvalho Correa de Melo**, advogada sênior da Votorantim Participações de Recife (PE), e o de suplente para **José Eduardo Felgueiras Nicolau**, gerente de controladoria da Companhia Brasileira de Alumínio, escritório central, em São Paulo (SP).

Todos estão otimistas com a nova função e um dos motivos é o ótimo conhecimento que têm dos planos da Fundação. Davi, por exemplo, acompanhou e participou do surgimento da Funsejem, em 1994, em Recife, cidade sede da Fundação até 2001. Passadore não ficou atrás, sendo o responsável pelas palestras apresentadas aos funcionários da Companhia Brasileira de Alumínio no momento da implementação do CBAPREV, em 2001.

Smila, dos quatro, é a mais nova no grupo Votorantim. Apesar disso, é sênior na profissão que acredita ser de fundamental importância ao Conselho Deliberativo pela demanda de questões jurídicas que este acarreta. A grande vivência profissional na área de controladoria também será o forte de José Eduardo que ainda leva a seu posto recém-conquistado o conhecimento adquirido como membro do Conselho Fiscal da Associação Brasileira do Alumínio (ABAL). ▽

EMPRÉSTIMOS

Inflação encarece empréstimo

No final do ano passado os participantes da Funsejem levaram um susto ao solicitarem empréstimos. Eles estavam saindo bem mais caros que no primeiro semestre de 2002. A alta, no entanto, deveu-se ao aumento do índice medidor de inflação IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna), um dos componentes do Índice Funsejem de Correção de Empréstimos (IFCE) – o outro é a taxa de administração de 0,5%.

Só em novembro o IGP-DI variou 5,84%, fazendo com que o IFCE de dezembro batesse em 6,35%, o mais alto valor em 2002. A inflação deu sinais de recuo depois disso, derrubando o IFCE de janeiro para 3,20% e, conseqüentemente, o saldo devedor dos que fizeram empréstimos. Ainda assim, e mesmo sendo a correção aplicada pela Funsejem mais barata que as do mercado, nunca é demais verificar suas contas antes de pedir um empréstimo. Além do IFCE, o DOC (taxa cobrada pelos bancos em caso de transferência interbancária) e o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), obrigatório por lei, são descontados do valor requerido.

É importante lembrar, ainda, que a forma de correção de empréstimos adotada pela Fundação é determinada pela legislação vigente que não permite que a correção seja inferior à nossa meta atuarial, ou seja, às nossas expectativas de ganho, atualmente, IGP-DI mais 6% ao ano. ▽

2002	IFCE
Janeiro	1,87%
Fevereiro	1,66%
Março	1,80%
Abril	1,80%
Maior	1,80%
Junho	2,26%
Julho	2,55%
Agosto	2,85%
Setembro	3,14%
Outubro	3,14%
Novembro	4,71%
Dezembro	6,35%
2003	IFCE
Janeiro	3,20%
Fevereiro	2,66%